

**Ano XX nº 5881 – 23 agosto de 2018**

## **CAMPANHA NACIONAL QUARTA RODADA DE NEGOCIAÇÃO HOJE**

Hoje, a partir das 15 horas, acontece mais uma rodada de negociação com a FENABAN. A reunião do dia 21/08, terminou sem grandes avanços.

Por enquanto, foram analisadas e debatidas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). As negociações aconteceram no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo.

**Vale lembrar que bancos até o momento, ofereceram apenas a reposição do INPC dos últimos doze meses (estimada em 3,79% de 1º de setembro/2017 a 31 de agosto/2018), sem nada de aumento real.**

Os cinco maiores bancos que atuam no Brasil (BB, Caixa, Bradesco, Itaú e Santander) gastaram R\$ 1,6 bi em publicidade no primeiro semestre de 2017. Em geral, as propagandas dessas instituições financeiras vendem a imagem de respeito às mulheres. Mas, na vida real, é bem diferente: uma das propostas apresentadas pela federação dos bancos (Fenaban), na rodada de negociação realizada no dia 21/08, da Campanha Nacional Unificada deste ano, retira das bancárias em licença-maternidade o direito ao pagamento integral da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), tornando proporcional aos dias trabalhados.

O mesmo para trabalhadores afastados por doença ou acidente de trabalho. Aqui, é importante lembrar que os bancos criaram apenas 1% dos empregados no Brasil entre 2012 e 2017, mas foram responsáveis por 5% dos afastamentos por doença nesse período.



## **Itaú cria seu partido e quer disputar a presidência**

A influência dos banqueiros na política financiando partidos no Brasil, especialmente àqueles que têm maior chance de vencer uma eleição, não é novidade. Mas a participação direta deles na vida partidária mostra que o setor financeiro pretende consolidar ainda mais a sua hegemonia no país. Ter o dono do banco virtual Original, Henrique Meireles, à frente do Ministério da Fazenda do governo Temer, e o sócio e executivo do Itaú Illan Goldfajn na direção do Banco Central não parece ser o suficiente para as ambições e pretensões dos banqueiros. Eles querem mais.

A criação do Partido Novo deixa claro que banqueiro tem lado: o do mercado, do grande capital, dos interesses do sistema financeiro e dos especuladores, dos que defendem a redução de gastos públicos na área social e os ataques aos direitos dos trabalhadores e querem privatizar tudo. Afinal não é isso que Temer tem feito? O que eles chamam de avanço é a política mais atrasada e reacionária.

Os financiadores do novo partido são: João Dionísio Amoêdo (ex-dono do BBA e ex-diretor do Itaú): R\$4,5 milhões; Jayme Garfinkel (fundador e acionista da Porto Seguro): R\$250 mil; Cecília Socupira (filha do dono da 3G Caítal, do grupo Itaú): R\$250 mil; Pedro Moreira Salles (Presidente do conselho do Itaú Unibanco): R\$150 mil; Eduardo Mazzilli (vice-presidente do Itaú): R\$100 mil; Fernão Bracher (fundador do BBA, comprado pelo Itaú): R\$50 mil; Israel Vainboim (ex-presidente do Unibanco): R\$25 mil e Fábio Barbosa Ex-presidente do Santander e presidente da Itaú Social): R\$15 mil.

## **No Brasil, só 10% possuem 55% da renda total**

O Brasil é o país com a maior concentração de renda do mundo e, a ditadura civil-militar foi um período que corroborou para que os ricos ficassem ainda mais ricos. Apenas 1% dos milionários detém quase 30% da renda total do país, à frente até dos milionários do Oriente Médio, que aparecem com 26,3%.

Se afunilar para os 10% mais ricos, a concentração é ainda maior. Essa parcela possui 55% de toda riqueza brasileira, é o que afirma estudos da "Desigualdade Mundial 2018", feita por um grupo de estudiosos de todo o mundo, mas coordenada pelo economista francês Thomas Piketty.

O recorte é de 2001 a 2015. O levantamento mostra que a pobreza no país caiu com as políticas de inclusão social desenvolvidas a partir do governo Lula, como Bolsa Família e a valorização do salário mínimo. Afirmação confirmada em pesquisa do Dieese.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico, entre 2003 e 2016, o salário mínimo teve aumento real de 76,57%, período que o Brasil deixou o Mapa da Fome. Economistas apontam uma saída possível para redução da desigualdade: uma reforma tributária que taxe lucros e dividendos dos ricos.